

GT 3 – Gestão escolar, práticas educativas e currículo da educação básica

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EJA NO BRASIL: O CASO DO PROEJA NO IFRN-CÂMPUS IPANGUAÇU E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

José Moisés Nunes da Silva

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação da UFRN

jmns2008@hotmail.com

Ana Lúcia Pascoal Diniz

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da UFRN

ana.diniz@ifrn.edu.br

Introdução

O trabalho, fruto do curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), concluído em 2010, traz uma reflexão acerca do curso técnico de nível médio integrado em Agroecologia na modalidade de educação de jovens e adultos (EJA) ofertado pelo IFRN-câmpus Ipanguaçu, no âmbito do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

O objetivo é analisar as conexões do curso com as perspectivas de desenvolvimento socioeconômico da região de abrangência do Câmpus, a fim de compreender a forma pela qual o IFRN-câmpus Ipanguaçu implementa uma proposta de educação para jovens e adultos alicerçada em três pilares: formação geral, formação profissional e desenvolvimento local.

A pesquisa se justifica pela necessidade de compreender como estão sendo postas em prática as iniciativas educacionais traçadas pelo Governo Federal, no tocante à formação profissional e à ampliação da cidadania dos jovens e adultos trabalhadores, por intermédio dos cursos técnicos de nível médio integrados na modalidade EJA e as perspectivas de desenvolvimento socioeconômico nos lugares em que esses cursos são ofertados. Nessa concretização, destaca-se o duplo desafio do IFRN: o de incluir, de forma inédita, a população de jovens e adultos trabalhadores em suas ofertas educacionais, e o de compreender “[...] que a EJA tem especificidades que demandam por um corpo teórico-metodológico com identidade própria e diferente daquele que fundamenta as ofertas educacionais destinadas aos adolescentes egressos do ensino fundamental.” (MOURA, 2006, p. 10).

Metodologicamente, o estudo se insere na categoria bibliográfica-documental, por ser elaborado a partir de referências teóricas publicadas, tais como livros, artigos, censos, leis e decretos e projeto pedagógico de curso. (SILVA; MENEZES, 2001).

Discute-se a relação educação de jovens e adultos, educação profissional e desenvolvimento local, a partir do PROEJA instituído pelo governo Lula da Silva, no ano de 2005, à luz de autores como Buarque (1999), Dowbor (2006), Machado (2006), entre outros.

O trabalho está organizado em quatro partes. Na primeira parte caracteriza-se o PROEJA; na segunda, apresenta-se a organização pedagógica do curso técnico de nível médio integrado em Agroecologia na modalidade EJA; na terceira, identificam-se as potencialidades econômicas da região onde o IFRN-câmpus Ipanguaçu oferta o curso; na quarta, analisam-se as conexões do curso com o desenvolvimento socioeconômico local do município/região.

1 O PROEJA

Até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – a EJA era concebida, pelo Estado brasileiro, como sinônimo de alfabetização de adultos. O que existia eram iniciativas de combate ao analfabetismo como a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), 1947/1952; o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), 1967-1985; o Programa Alfabetização Solidária (PAS), 1995-1998; e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), 1999-2002, entre outras, todas marcadas pela descontinuidade. Na verdade nunca existiram políticas públicas de financiamento capazes de atender a uma parte significativa da população que não teve acesso à escola na dita *idade própria* ou que dela se evadiu.

Essas iniciativas demonstram que a educação de jovens e adultos sempre esteve atrelada a projetos assistencialistas e compensatórios, muitas vezes desenvolvidos fora de ambientes escolares: na família, na igreja, nas associações, nos locais de trabalho etc. Eram momentos isolados de educação, sem qualquer articulação com a educação básica e com a educação profissional, em particular.

A EJA tem sido foco de diversos estudos, os quais evidenciam problemáticas de naturezas distintas. A partir das constatações, é possível afirmar que as experiências brasileiras no desenvolvimento dessa modalidade de ensino são circunstanciadas. Majoritariamente, os cursos são ofertados no turno noturno, em horários ociosos de escolas de ensino fundamental das redes públicas ou privadas, com a utilização de material didático inadequado (geralmente, o mesmo utilizado para os adolescentes), com currículos que não atendem às expectativas dos estudantes e com professores sem formação específica para atuar na nessa área, ou seja, um conjunto de determinantes que comprometem a garantia da qualidade educacional desejada.

Assim perspectivadas, há a manutenção de um quadro insatisfatório tanto no que se refere ao atendimento à demanda real do contingente de jovens e adultos brasileiros com baixo nível de escolaridade e com lacunas de conhecimento quanto no cumprimento ao direito preconizado na Constituição Federal de 1988 (PAIVA, 2006). A Carta Magna, no Art. 208, incisos I e II, determina a ampliação do dever do Estado para com todos aqueles que não possuem escolaridade básica, independentemente da idade, ou seja, educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na *idade própria* (os jovens e adultos), bem como a progressiva universalização do ensino médio gratuito. (BRASIL, 1988).

A EJA, enfim, teve seu direito reconhecido constitucionalmente, o qual foi ratificado pela LDB, que a definiu como modalidade de ensino, dedicando-a, inclusive, toda uma seção. Em sendo a educação um direito de todos, independentemente da idade, como preceitua a Constituição, a essa modalidade é fundamental que seja dada a mesma atenção oferecida aos segmentos da educação básica. Ou seja, mais do que alfabetizar é imprescindível promover a expansão da escolarização dos jovens e adultos.

Além disso, essa modalidade de ensino requer uma metodologia própria de fazer educação, o que implica considerar a formulação de propostas curriculares e metodológicas apropriadas, a identidade dos sujeitos jovens e adultos atendidos, seus saberes e experiências de mundo, seus perfis e faixas etárias, o uso de material didático apropriado e uma política de formação de professores para atuar com esse público.

Em 2005, o governo Lula da Silva passou a conceber a EJA de forma inovadora, articulando-a com a educação profissional e a educação básica. Para consolidar a articulação dessas áreas, instituiu, através do Decreto n. 5.478, de 24 de junho de 2005, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens

e Adultos, restrito ao âmbito das instituições federais de educação tecnológica. Esse programa se apresentava em duas formas de atendimento: cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores e cursos de educação profissional integrada ao ensino médio.

No ano seguinte, esse mesmo Governo, promulgou o Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006, revogando aquele e ampliando o raio de ação do Programa – do apenas ensino médio para a educação básica – e o espectro de abrangência das instituições ofertantes – das instituições federais de educação tecnológica para todas as instituições federais de educação profissional, as instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e pelas entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculada ao sistema sindical (Sistema S). Em sua nova configuração, passou, então, a denominar-se Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). (BRASIL, 2006).

O PROEJA visa oferecer a jovens e adultos cursos e programas de educação profissional nas categorias formação inicial e continuada ou educação profissional técnica de nível médio. A primeira associa a educação profissional ao ensino fundamental ou ao ensino médio, objetivando qualificar e assegurar a elevação do nível de escolaridade. A segunda articula a educação profissional ao ensino médio, com o fim da formação orientada ao exercício de profissões técnicas. (BRASIL, 2006; MACHADO, 2006).

Não é demais lembrar que o país possuía, em 2008, em torno de 14 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais, o que equivale a 9,63% da população nessa faixa etária (IBGE, 2009), e revela não só a extrema dificuldade que os brasileiros enfrentam para obter colocação no mundo do trabalho, mas também, para o próprio exercício de sua cidadania e inserção na vida social.

Para Sérgio Haddad e Maria Clara Di Pierro,

O analfabetismo funcional apresenta-se como um fenômeno extenso, difundido por todas as faixas etárias (inclusive entre os jovens), uma vez que a escolaridade média da população e os níveis de aprendizagem alcançados situam-se abaixo dos mínimos socialmente necessários para que as pessoas mantenham e desenvolvam as competências características do alfabetismo. (HADADD; DI PIERRO, 1999, p. 14).

Dessa forma, o governo, por intermédio do PROEJA, se propõe atender a uma demanda de jovens e adultos excluída do sistema educacional, mas que constitui uma parcela significativa da população brasileira economicamente ativa.

Por isso, o Programa tem em vista a formação e a qualificação profissional de jovens e adultos para a inserção no mundo do trabalho, bem como a ampliação da educação básica para o desenvolvimento pessoal, o exercício da cidadania e a continuidade dos estudos.

O princípio norteador do Programa é, pois, a formação integral do cidadão. Ou seja, o que se aspira é “[...] a uma formação que permita a mudança de perspectiva de vida por parte do aluno; a compreensão das relações que se estabelecem no mundo do qual ele faz parte; a ampliação de sua leitura de mundo e a participação efetiva nos processos sociais.” (BRASIL, 2007, p. 7).

Essa perspectiva se coaduna com o pensamento de Paulo Freire ao afirmar que o papel do sujeito no mundo

[...] não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da *História* mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, *constato* não para me adaptar mas para *mudar*, [para transformar a realidade]. [...] Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. (FREIRE, 1996, p. 77, grifo do autor).

O PROEJA, assim, procura estabelecer uma concepção peculiar de educação, voltada, especificamente, para o universo do jovem e do adulto, reconhecido como sujeito de direitos idênticos aos do restante da população e portador de uma prática social, experiência de vida, forma de pensar a realidade, trabalho e formação bastante diferenciada das crianças e dos adolescentes. (HADDAD, 2005).

Nessa perspectiva, “[...] a elevação da escolarização e a educação profissional e tecnológica precisam estar associadas aos recursos mobilizáveis para o desenvolvimento local, integrado e sustentável.” (MACHADO, 2006, p.38). O grande desafio que se põe é, pois, o de formar e qualificar jovens e adultos no âmbito da educação profissional para os diversos setores da economia, em consonância com as demandas de nível local e regional, além de garantir-lhes uma efetiva incorporação à sociedade, de forma participativa, ética e crítica.

Em reconhecimento a esse desafio, o Decreto n. 5.840/2006 foi imperioso: reafirma a determinação de que as instituições federais de educação profissional implantassem, a partir de 2006, cursos e programas regulares do PROEJA, preferencialmente, em sintonia com as demandas de nível local e regional, a fim de contribuir com o fortalecimento do desenvolvimento socioeconômico e cultural. (BRASIL, 2006).

O IFRN, então, atendendo a esse mandamento legal, passou a ofertar, a partir do segundo semestre de 2006, o curso técnico de nível médio integrado em Agroecologia na modalidade EJA, no câmpus Ipanguaçu.

2 Organização pedagógica do curso em Agroecologia na modalidade EJA

O IFRN-câmpus Ipanguaçu, cujo funcionamento foi autorizado pela Portaria n. 1.202, de 29 de junho de 2006, do Ministério da Educação, está voltado para a oferta de cursos técnicos nos eixos tecnológicos de Recursos Naturais e Informação e Comunicação. As atividades acadêmicas institucionais tiveram início em 25 de setembro desse mesmo ano, com ofertas iniciais, dentre outras, de duas turmas diurnas (manhã e tarde) do curso técnico de nível médio integrado em Agroecologia na modalidade EJA, correspondendo ao preenchimento das 80 vagas oferecidas.

De acordo com o Projeto Pedagógico de Curso, o curso em Agroecologia, na forma integrada e presencial, respalda-se nas bases legais vigentes, nos princípios norteadores explicitados na LDB e no conjunto de decretos, resoluções, pareceres e diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional, para o ensino médio e para a educação de jovens e adultos. Foi concebido com uma carga horária total de 3.100 horas, sendo 2.700 horas de disciplinas distribuídas em seis semestres, e 400 horas de prática profissional. Tem como objetivo geral formar cidadãos para o desempenho das atividades técnicas requeridas na atuação de um técnico em agroecologia, demonstrando ter “responsabilidade social no uso de meios naturais ou ecologicamente seguros que garantam a produtividade econômica das culturas, sem causar danos expressivos ao solo, à água e à qualidade dos alimentos, promovendo assim a segurança alimentar e a sustentabilidade da agricultura.” (CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006, p. 7).

Entre os objetivos específicos estabelecidos no desenvolvimento do curso, podem ser elencados, dentre outros: atender à demanda regional por profissionais habilitados para a realização, orientação e gerenciamento dos processos de produção e transformação de produtos agropecuários, segundo os princípios da agroecologia; possibilitar o acesso ao conhecimento das formas de produção agropecuária, segundo os princípios da agroecologia; capacitar profissionais que atendam, com eficiência, à produção de gêneros alimentícios de qualidade, capazes de suprir as demandas das comunidades e ainda sejam capazes de produzir riquezas, melhorando assim a qualidade de vida das pessoas envolvidas, conservando o meio

ambiente e promovendo o desenvolvimento sustentável; desenvolver a capacidade de aplicar novas técnicas e tecnologias inclusive em outras habilitações da mesma área profissional; propiciar a formação de formadores para atuarem junto a pequeno (as) agricultores(as), com base em referências agroecológicas; possibilitar estudos e pesquisa voltados para o planejamento e para o desenvolvimento da produção e organização do espaço geográfico das áreas de assentamentos e comunidades de pequenos agricultores da região. (CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006).

A perspectiva de integração curricular assumida está calcada na articulação e no diálogo entre os conhecimentos da formação geral e os da formação técnica, numa relação que se constitui sob a égide dos eixos trabalho, ciência, cultura e tecnologia. Nessa direção, a organização curricular, a seleção dos conteúdos das disciplinas, os referenciais metodológicos e a avaliação da aprendizagem escolar estão balizados pelas recomendações contidas nas diretrizes curriculares nacionais vigentes e no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (BRASIL, 2008).

No tocante à prática profissional, trata-se de um componente curricular que pode ser desenvolvido de duas formas: por meio de estágio curricular, de caráter não obrigatório; e por meio de desenvolvimento de projetos de ensino, de extensão e/ou de pesquisa, com o objetivo de integrar teoria e prática. Consiste, portanto, em alternativas didáticas formativas planejadas, executadas e acompanhadas sob a responsabilidade da própria Instituição escolar. Além de envolver, sobremaneira, o contexto de agricultura familiar da comunidade local e demais locais de atividades de agricultura da região, busca articular as dimensões institucionais de ensino, pesquisa e extensão, eixos “balizadores de uma formação articulada, universal e integral de sujeitos para atuar no mundo em constantes mudanças e desafios” (CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006, p. 13).

Em consequência da estrutura pedagógica apresentada e amparando-se em princípios, concepções e diretrizes gerais do PROEJA (BRASIL, 2006), o curso técnico de nível médio integrado em Agroecologia na modalidade EJA, ofertado pelo IFRN-câmpus Ipanguaçu, propõe-se a formar técnicos em Agroecologia capazes de (re)inserir-se no mundo do trabalho, favorecer o prosseguimento dos estudos com elevação da escolaridade de jovens e adultos (formação integral e permanente), a possibilitar a fixação desses sujeitos em seus lugares de origem e a contribuir com o desenvolvimento local do município/região de instalação do Câmpus.

3 As potencialidades econômicas da região de instalação do *Câmpus*

O Estado do Rio Grande do Norte, com uma extensão territorial de 52.810,69 km², é constituído de 167 municípios distribuídos em quatro mesorregiões – Agreste Potiguar, Central Potiguar, Leste Potiguar e Oeste Potiguar – e dezenove microrregiões – entre as quais, a do Vale do Açu, pertencente à última mesorregião e onde o IFRN-câmpus Ipanguaçu foi instalado.

De acordo com o censo demográfico 2010, a população do Estado é de 3.168.133 habitantes, dos quais 49% são do sexo masculino e 51%, do sexo feminino; 78% vivem em zona urbana e apenas 22% vivem em zona rural. A taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais é de 18,5%. (IBGE, 2010).

Em termos de potencialidade econômica, o Estado vem se consolidando nas seguintes atividades: agricultura, com destaque para as culturas do melão e da banana; pesca, mediante a carcinicultura; pecuária, com a criação de bovinos, caprinos e ovinos; extração mineral, que reúne a produção de sal, petróleo, gás natural, calcário e outros minerais; têxtil; e turismo, devido a sua extensa área litorânea.

A região de abrangência do IFRN-câmpus Ipanguaçu compreende sete municípios da microrregião do Vale do Açu (Açu, Alto do Rodrigues, Carnaubais, Ipanguaçu, Itajá, Pendências e São Rafael) e dois da microrregião de Angicos (Afonso Bezerra e Angicos), englobando uma população de cerca de 140 mil habitantes, dos quais 68,58% concentram-se em zonas urbanas desses municípios e 31,42% em zonas rurais.

Particularmente, o município de Ipanguaçu, sede do Câmpus, dista 214 km da capital, ocupa uma extensão territorial de 374,2 km² e, segundo o Censo Demográfico 2010, conta com 13.856 habitantes, dos quais 51% são do sexo masculino e 49%, do sexo feminino, sendo que 39% vivem em zona urbana e 61% em zona rural. A taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, é de 27,7%. (IBGE, 2010).

As principais atividades econômicas da região do Vale do Açu são a agricultura irrigada (com destaque para as culturas da banana, manga, melão, mamão e melancia), a pecuária extensiva (principalmente, bovinos, caprinos e ovinos) e o polo de cerâmica vermelha. No município de Ipanguaçu, um dos maiores produtores de frutas tropicais do País, tem destaque as culturas da banana e da manga, que em 2006, atingiram 57.285 e 9.108 toneladas, respectivamente, e a criação de ovinos, bovinos e caprinos, cujo efetivo, naquele ano, atingiu 6.135, 5.386 e 4.849 cabeças, respectivamente. (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE, 2008).

Ainda que na região haja a instalação de grandes empresas na área agrícola – Ipanguaçu, por exemplo, sedia a primeira empresa exportadora de banana e a quinta de manga do País – é marcante a presença da agricultura familiar, com cerca de 60 mil pequenos agricultores estabelecidos em sítios, fazendas, assentamentos e comunidades rurais.

Em termos de arranjos produtivos – conjunto de empresas/cooperativas localizadas em um mesmo espaço territorial, que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante e se articulam/interagem entre si e com outros atores locais: governo e instituições de crédito, ensino e pesquisa –, o município de Ipanguaçu participa apenas do arranjo produtivo local (APL) de Cerâmica Estrutural do Apodi-Assú, que beneficia 44 estabelecimentos de micro e pequeno porte de cinco municípios da região, gerando 1.350 empregos diretos e 4.000 indiretos, e um volume de produção de 25.000.000 peças/ano. (BRASIL, 2012).

Portanto, a proposta de desenvolvimento local do município/região se assenta na agricultura irrigada, na pecuária extensiva e no fomento de apenas um arranjo produtivo, tendo destaque a agricultura familiar e a participação de micros e pequenos produtores.

Todavia, a região do Vale do Açu carecia, pelo menos até 2006, de instituições educacionais que pudessem dar suporte à qualificação de profissionais para esses segmentos produtivos, sobretudo aos empreendimentos dos micro e pequenos agricultores e à agricultura familiar, de modo a desenvolver a região de forma sustentável, mantendo as pessoas na região e evitando a migração para a capital do Estado. A título de exemplo, o município de Ipanguaçu contava, em 2009, com 17 estabelecimentos de ensino (fundamental e médio), sendo nove municipais, cinco estaduais, um federal (IFRN-câmpus Ipanguaçu, instalado em 2006) e dois particulares. (IBGE, 2010).

Decerto o crescente processo de modernização da irrigação, da agricultura e da pecuária em consequência de investimentos tecnológicos implica em mudanças substanciais na zona rural da região, o que requer mão de obra qualificada para planejar, organizar e gerenciar adequadamente as atividades produtivas.

Com efeito, o IFRN-câmpus Ipanguaçu, por intermédio do curso técnico em Agroecologia vem ao encontro das demandas identificadas para capacitação de jovens e adultos da região, proporcionando-lhes formação profissional-cidadã pública, gratuita e de

qualidade, além da oferta de adequada qualificação aos profissionais que já atuam nessas atividades e, assim, contribuir com a redução/eliminação dessas carências.

4 Tecendo conexões do curso em Agroecologia com o desenvolvimento local

Indubitavelmente, o mundo, em consequência do processo de globalização, está passando por inúmeras, complexas e profundas transformações, atingindo não só os modelos produtivos na sua base material de produção e os modos de fazer circular as mercadorias e produtos, mas também os aspectos políticos, sociais e culturais. Não sem razão, Stuart Hall afirma:

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados (HALL, 2006, p. 9).

Todavia, essas transformações não são um fenômeno unilateral, pois em contraposição à economia global, surge uma tendência de afirmação do desenvolvimento local. A esse respeito, é oportuna a afirmação de Sérgio Buarque:

Globalização e desenvolvimento local são dois polos de um mesmo processo complexo e contraditório, exercendo forças de integração e desagregação, dentro do intenso jogo competitivo mundial. Ao mesmo tempo em que a economia se globaliza, integrando a economia mundial, surgem novas e crescentes iniciativas no nível local, com ou sem integração na dinâmica internacional, que viabilizam processos diferenciados de desenvolvimento no espaço. (BUARQUE, 1999, p. 11-12).

Daí a necessidade do desenvolvimento ser entendido considerando-se os aspectos locais, pois ele tem sido visto como um processo exógeno, que chega a uma região sob a forma de investimentos públicos ou mediante a instalação de empresas privadas. O desenvolvimento tem caráter endógeno, local e, portanto, quem o promove são as pessoas, a comunidade. Assim, uma localidade para se desenvolver não depende de uma grande corporação que ali se instale nem de um conjunto de projetos pensados alhures e, sim, de si mesma. Isso não significa, contudo, que os aportes de financiamentos externos não sejam importantes ou necessários, mas que estes devem existir como complemento e não como indutor do desenvolvimento da sociedade local (DOWBOR et al., 2006).

Como aponta Buarque, o desenvolvimento local:

É um *processo endógeno* registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o *dinamismo econômico* e a *melhoria da qualidade de vida* da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da *mobilização das energias* da sociedade, explorando as suas *capacidades e potencialidades* específicas. (BUARQUE, 1999, p. 9, grifo do autor).

Contudo, para que o desenvolvimento local aconteça é imprescindível promover a elevação do nível de escolaridade da população, de sorte que as pessoas, com o aporte de novos conhecimentos, tenham condições de melhor se inserir no mundo do trabalho, tomar iniciativas, assumir responsabilidades e empreender novos negócios. Isso significa, por um lado, ampliar a capacidade crítica e criativa da população, ter domínio do conhecimento e da

informação e, por outro, que a educação tem a possibilidade de contribuir com o desenvolvimento, reduzindo a exclusão social e resgatando a cidadania.

Por conseguinte, a escola, como locus de difusão do conhecimento e de cultura, de socialização de saberes, experiências e vivências, tem a função precípua de articular as necessidades de desenvolvimento local com os conhecimentos correspondentes, assegurando aos alunos os instrumentos de intervenção sobre a sua realidade e, assim, fortalecer a identidade desses com o local de vivência. Daí espera-se que a escola não forneça apenas conhecimentos gerais restritos ao ambiente escolar, mas a compreensão de como esses conhecimentos poderão se materializar em ações no plano local, associando trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

Por isso, o IFRN-câmpus Ipanguaçu busca cumprir o papel de articulador da formação geral com a formação profissional e as perspectivas de desenvolvimento socioeconômico da região do Vale do Açu e, em particular, do município de Ipanguaçu, por intermédio da oferta pública, gratuita e com qualidade do curso técnico de nível médio integrado em Agroecologia na modalidade EJA.

Com base na concepção pedagógica do referido curso, pode-se inferir que o mesmo está conectado às potencialidades socioeconômicas da região de abrangência do Câmpus por, pelo menos, dois vínculos que, indubitavelmente, contribuirão para o desenvolvimento local e a fixação dos sujeitos em seus lugares de origem.

Primeiro, do ponto de vista do desenvolvimento socioeconômico local, por se propor a formar e qualificar jovens e adultos para as demandas requeridas pelo mundo do trabalho do município/região, através de estudos de implantação e desenvolvimento de projetos agropecuários segundo as bases científicas e tecnológicas da agroecologia; pela disseminação do manejo agroecológico nas culturas regionais e criação de animais; e pela orientação, sobretudo aos produtores familiares, à implantação de sistemas e métodos de controle de pragas utilizando princípios agroecológicos, entre outras ações. (CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006).

Dessa forma, o curso promoverá a difusão, em toda a região, de novas técnicas e tecnologias com base agroecológica, da aplicação racional de insumos e a utilização de novas técnicas e tecnologias de baixo custo e de fácil aplicação nos processos produtivos, sobretudo dos pequenos produtores agrícolas. Ainda incentivará o desenvolvimento de pesquisas aplicadas em parceria com os órgãos de fomento e a criação de pequenos empreendimentos de produção agropecuária, com base em princípios agroecológicos, o que, certamente, beneficiará a economia e toda a comunidade do município/região de abrangência do Câmpus, com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e a promoção da sustentabilidade social.

Segundo, do ponto de vista socioeducacional, mediante ações educativas destinadas à formação integral (geral e profissional) de jovens e adultos, numa perspectiva cidadã e emancipatória. Essa formação possibilitará a consequente intervenção dos sujeitos no desenvolvimento do município/região a que pertencem, por meio do exercício consciente da cidadania em atividades políticas, sociais e culturais (em reconhecimento às identidades, à diversidade cultural e aos saberes locais), da participação desses sujeitos no desenvolvimento de projetos sociais e culturais comunitários promovidos pelas prefeituras e/ou outros atores sociais, e do prosseguimento de estudos com elevação da escolaridade, na perspectiva de uma educação continuada e permanente.

Esse entendimento se coaduna com o expresso no Documento Base do PROEJA/Ensino médio:

[...] uma das finalidades mais significativas dos cursos técnicos integrados no âmbito de uma política educacional pública deve ser a capacidade de proporcionar educação básica sólida, em vínculo estreito com a formação profissional, ou seja, a formação integral do educando. A formação assim pensada contribui para a integração social

do educando, o que compreende o mundo do trabalho sem resumir-se a ele, assim como compreende a continuidade de estudos. Em síntese, a oferta organizada se faz orientada a proporcionar a formação de cidadãos-profissionais capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho, para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando à transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos especialmente os da classe trabalhadora. (BRASIL, 2007, p. 35).

As conexões apontadas vêm reafirmar que a educação tem a possibilidade de influir de forma determinante sobre o desenvolvimento local, reduzindo a exclusão social e resgatando a cidadania, sobretudo dos jovens e adultos. Ladislau Dowbor é enfático:

A ideia da educação para o desenvolvimento local está diretamente vinculada [...], e à necessidade de se formar pessoas que amanhã possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno, de gerar dinâmicas construtivas [no plano local]. [...] a educação não deve servir apenas como trampolim para uma pessoa escapar da sua região: deve dar-lhe os conhecimentos necessários para ajudar a transformá-la (DOWBOR, 2006, p. 1-2, grifo nosso).

Não por acaso, Gabriel Grabowski, ao analisar a articulação da educação profissional com o projeto de desenvolvimento local, regional e nacional, assim se expressa:

Para a escola, o desenvolvimento regional deve ser concebido como ‘um processo coletivo de uma comunidade para atingir o desenvolvimento humano através das dimensões educacional, econômica, social, cultural, tecnológica e política, possibilitando o acesso de todos em bases locais e autossustentáveis que resultarão no crescimento da região e na maior qualidade de vida’ (GRABOWSKI, 2006, p. 89).

Deduz-se, assim, que são por ações dessa natureza que o IFRN-câmpus Ipanguaçu, busca concretizar a proposta de educação de jovens e adultos, fundamentada na confluência das três dimensões do conhecimento: formação geral, formação profissional e desenvolvimento socioeconômico local.

Considerações Finais

A iniciativa do Ministério da Educação em interiorizar o ensino técnico público e de qualidade, a exemplo do que ocorre no Rio Grande do Norte por intermédio do IFRN, amplia e consolida a formação e qualificação de adolescentes, jovens e adultos para além dos ditames do mercado do trabalho. Tenciona o contato e a (re)inserção desse público no mundo do trabalho, e visa contribuir com a autoafirmação dos sujeitos para o exercício de uma cidadania participativa com uma visão crítica e ética, de modo a entender e interagir nas atividades econômica, política, social e cultural no entorno dos municípios a que pertencem.

No caso específico do curso técnico integrado em Agroecologia na modalidade de EJA ofertado pelo IFRN-câmpus Ipanguaçu, pode-se afirmar que está associado aos recursos mobilizáveis para o desenvolvimento local, uma vez que o curso foi estruturado a partir de foco tecnológico que guarda sintonia com as vocações econômicas da região de abrangência do Câmpus, excetuando-se, obviamente, o APL do qual o município de Ipanguaçu faz parte.

Por conseguinte, infere-se que o mencionado curso contribuirá efetivamente com o desenvolvimento local do município de Ipanguaçu/região do Vale do Açu, à medida que as ações declaradas no Projeto Pedagógico do Curso, como por exemplo, o fortalecimento da agricultura familiar, mediante a aplicação dos princípios agroecológicos aos sistemas produtivos visando assegurar a sustentabilidade social, ambiental e econômica dos

agroecossistemas, e o monitoramento do cultivo agroecológico de espécies de plantas oleícolas, frutíferas e de jardins, com vista à exploração econômica e sustentável, forem efetivadas.

Com efeito, o curso se coloca como uma possibilidade para uma transformação real das condições de vida da população beneficiada, por conferir maior significado aos estudos, podendo interferir diretamente na qualificação profissional de jovens e adultos e contribuir para uma (re)inserção desses sujeitos na sociedade, em suas dimensões social, política, cultural e no mundo do trabalho, além de possibilitá-los o prosseguimento dos estudos com elevação de escolaridade e a provável permanência desses sujeitos em seus lugares de origem. Decerto, o IFRN-câmpus Ipanguaçu, consolida-se como parceiro do município homônimo na busca do desenvolvimento local.

Pode-se ilacionar que a proposição do curso busca, por um lado, “[...] sanar os déficits educacionais dos jovens e adultos poucos escolarizados” (MACHADO, 2006, p.43) no município de Ipanguaçu e região do Vale do Açu e, por outro, “[...] promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população” (BUARQUE, 1999, p. 9).

Convém destacar, enfim, que o curso técnico em Agroecologia, efetivamente, contribui com o desenvolvimento local da região do Vale do Açu, e com a formação integral dos jovens e adultos, conforme explicitado neste estudo. No entanto, é fundamental que o Câmpus se comprometa em realizar avaliação permanente do curso, tendo em vista as especificidades dos estudantes do PROEJA, as potencialidades emergentes locais, a (re)definição de novas ofertas educacionais e as condições para o desenvolvimento do curso (laboratórios, atualização do acervo bibliográfico, adequada infraestrutura, entre outras), além do estabelecimento de uma política institucional de formação continuada para os docentes que atuam com esse público.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

_____. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. Brasília, DF, 2006. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/dec5840_13jul06.pdf>. Acesso em: 10 out. 2008.

_____. Ministério da Educação. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. **Formação Inicial e Continuada/Ensino Fundamental. Documento Base**. Brasília, DF, 2007.

_____. _____. **Portaria 870**. Aprova, em extrato, o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Brasília-DF, 16 jul. 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Arranjos produtivos locais**: levantamento institucional de APLs-2008. Disponível em:

<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1210775118.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2012.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**: material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

DOWBOR, Ladislau et al. **Projeto política nacional de apoio ao desenvolvimento local**. São Paulo: Instituto Cidadania, 2006. Disponível em: <<http://www.dowbor.org/06dlfinal.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2010.

_____. **Educação e desenvolvimento local**. [S.l.: s.n.], 2006. Disponível em: <<http://www.dowbor.org/06educalocal.doc>>. Acesso em: 22 out. 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 39. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção leitura).

GRABOWSKI, Gabriel. Articulação da educação profissional com o projeto de desenvolvimento local, regional e nacional. In: **TVescola**: Programa Salto para o Futuro. EJA: formação técnica integrada ao ensino médio. Boletim 7, Rio de Janeiro, maio-jun. 2006. Disponível em: <<http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/161432Ensinomedio.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2010.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos no Brasil: contribuições para uma avaliação da década da educação para todos. In: Seminário nacional sobre educação para todos: implementação de compromissos de Jontiem no Brasil. **Anais ...** Brasília, DF: INEP/MEC, 1999.

HADDAD, Sérgio. A educação de pessoas jovens e adultas e a nova LDB. In: BREZINSKI, I. (Org.). **LDB interpretada**: diversos olhares se entrecruzam. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 111-127.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/universo.php?tipo=31o/tabela13_1.shtm&uf=24>. Acesso em: 10 dez. 2011.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/ultnot/2009/09/18/ult105u8711.jhtm>>. Acesso em: 20 set. 2009.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE. **Perfil do seu município**: Ipanguaçu (RN). Natal, RN, 2008. Disponível em: <http://www.idema.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/socio_economicos/enviados/perfil_c.asp#curraisnovos>. Acesso em: 26 abr. 2012.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Plano de curso do curso técnico de nível médio integrado em alimentos na modalidade de jovens e adultos**. Natal, RN, 2006. Disponível em:

<<http://www.ifrn.edu.br/secoes/ensino/cursos/cursos-tecnicos-integrados>> Acesso em: 06 maio 2009.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. PROEJA: o significado socioeconômico e o desafio da construção de um currículo inovador. In: **TVescola**: Programa Salto para o Futuro. EJA: formação técnica integrada ao ensino médio. Boletim 16, Rio de Janeiro, set. 2006. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/salto/>> Acesso em: 19 nov. 2008.

MOURA, Dante Henrique. **O PROEJA e a Rede Federal de educação profissional e tecnológica**. Natal, 2006. Disponível em: < http://www.cefetrn.br/ensino/cursos-oferecidos/posgraduacao/especializacaoProeja/Textos/o_proeja_e_a_rede_federal_de_educacao_profissional_e_tecnologica_salto.doc/view>. Acesso em: 10 nov. 2008.

PAIVA, Jane. Histórico de EJA no Brasil: descontinuidades e políticas públicas insuficientes. In: **TVescola**: Programa Salto para o Futuro. EJA: formação técnica integrada ao ensino médio. Boletim n. 16, Rio de Janeiro, set. 2006. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/salto/>> Acesso em: 19 nov. 2008.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.